

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

Governo Costa dá mais de mil milhões a milionários americanos Aos enfermeiros, dá repressão e insultos

As últimas semanas foram ricas em ensinamentos.

Alguns trabalhadores, embora desconfiados, iam engolindo a lengalenga de governo e seus amparos: 'com a troika era muito pior, agora sempre se recuperou alguma coisa. Para melhorar mais, é preciso paciência, "não há dinheiro para tudo"'

É conforme.

Enfermeiros: ao fim de anos e anos de carreira, não saem do escalão inicial. Como todos os trabalhadores, aumentos, nos últimos dez anos, "viste-os".

Para os enfermeiros: nada, zero.

Fundo abutre

Lone Star (gere fortunas de multimilionários americanos): O governo ofereceu-lhe o Novo Banco, só o lombo, o banco bom. Por: nada. Nada? Nada, não. Ainda deu uma garantia de que, ao mínimo prejuízo, se ia buscar até 4 mil milhões para tapá-lo. Este ano, todos os outros bancos tiveram lucros, mas o Novo Banco, vejam lá, teve 1.500 milhões de prejuízos.

Para o Lone Star: mais mil e muitos milhões, e já.

Como é que diziam António Costa e amparos? Que as reivindicações dos enfermeiros, justíssimas, pois claro. Mas custariam 200 milhões ao orçamento (os números dos sindicatos indicam que seria muito menos) e já se foi ao "limite do possível"... Nem vale a pena negociar... Sai requisição civil, baseada em baixas manobras das administrações hospitalares para fantasiar violações dos serviços mínimos. Sai repressão. Os enfermeiros são, vejam lá, "cruéis".

Como é que dizia António Costa, sempre amparado, ora à esquerda ora à direita? Que as garantias ao **Lone Star** nunca iam ser precisas, que ia correr tudo bem, que não ia custar um tostão ao contribuinte.

Resultado: para meia dúzia de multimilionários do Texas, o contribuinte português vai largar, para já, umas sete a dez vezes o que seria preciso para satisfazer reivindicações, modestas, aliás, de milhares de enfermeiros.

Mas vamos ser justos: pode este governo fazer de outra maneira?

Para dizer, a verdade, não pode. Não pode, porque jurou vassalagem a Bruxelas e seus tratados. O resto

vem por arrastamento: se não honrar o contrato com os milionários texanos, tem Bruxelas à perna. Se não atacar os enfermeiros, tem Bruxelas à perna (e o cão de guarda oficial de Bruxelas para vigiar o orçamento português chama-se actualmente Mário Centeno, convém lembrar).



Em Portugal (e resto da UE), os trabalhadores votam em partidos que dizem defendê-los. Mas esses partidos, acorrentados a Bruxelas, só podem, tal como os partidos de direita que os trabalhadores correram com o seu voto, fazer a política que Bruxelas dita: a política dos capitalistas, contra os trabalhadores.

Com a escravidão a Bruxelas, o voto deixou de ter efeito. O voto que, em Portugal, os trabalhadores conquistaram com o 25 de Abril.

Em maio, haverá eleições para o "Parlamento" Europeu. Esta instituição, apesar do nome, nem sequer elabora leis (ver p. 6). Pouca gente se dá ao trabalho de votar nela. A UE transformou as eleições em Portugal e nos outros países em pró-formas.

Haverá outra saída, em Portugal como nos outros países, que não seja os trabalhadores dotarem-se de organizações independentes de Bruxelas e da burguesia? Organizações, partidos, de que se possam servir para romper com a UE e estabelecer o seu próprio governo, unicamente vinculado aos seus interesses e que só responda perante eles, que exproprie os abutres sem indemnização e satisfaça as reivindicações dos trabalhadores?

Há outra alternativa, sim. Mas é a continuação da pilhagem do país pelos abutres. ■

Se Há Emergência, é na Situação dos Trabalhadores!

Apelo do Grupo “A Internacional”

SE HÁ EMERGÊNCIA, É NA SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES!

- **SATISFAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DOS ENFERMEIROS E PROFESSORES!**
- **AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS NO PÚBLICO E PRIVADO**
- **REPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO NO SNS, ENSINO E TRANSPORTES PÚBLICOS!**
- **A UNIÃO EUROPEIA E SEUS TRATADOS ESMAGAM HÁ MUITOS ANOS A VIDA DOS TRABALHADORES E IMPEDEM AS SUAS ASPIRAÇÕES. É PRECISO ROMPER!**

As greves dos enfermeiros, professores e tantos outros põem de manifesto uma coisa — **ou se está com as justas reivindicações dos trabalhadores;** — **ou se está do lado dos orçamentos de austeridade** sem fim ditados por Bruxelas. **O que não é possível é estar dos dois lados, ou no meio. Cada um tem de fazer sua opção.**

Os trabalhadores não têm opção. Para sobreviver, têm de lutar.

Àqueles cuja opção é ficar ao lado dos enfermeiros, professores e de todos os trabalhadores e ajudá-los a lutar, compete **juntar e construir uma força** que lhes permita vencer

Este é o apelo que o grupo “A Internacional” faz a todos, incluindo aos militantes de partidos em quem os trabalhadores votaram — para mudar a vida, não para elreeditarem a austeridade.

Mais de dez anos de **austeridade** fizeram perder aos trabalhadores portugueses, em média, **20% de poder de compra**, além de benefícios, regalias e segurança de emprego

Durante a **troika**, o governo da direita fez, a mando de Bruxelas, cortes selvagens nos salários e pensões e pôs a legislação laboral ao serviço do patronato.

O governo do PS, apoiado no PCP e BE, efectuou modestas reposições de salários e pensões. Mas, a mando de Bruxelas, **não actualizou o poder de compra** nem repôs anos de serviço e carreira. Não revogou a legislação laboral da troika, nomeadamente a **“caducidade dos contratos colectivos**. Manteve o **veto patronal** à negociação de salários melhor. Anuncia agora, inclusive, medidas de **agravamento da precariedade**.

De ano para ano, os **orçamentos desinvestem** em pessoal e equipamentos de serviços de saúde, ensino e transportes, promovendo a sua privatização, larvar ou aberta.

Em 2018, os administradores hospitalares denunciaram que o orçamento do SNS foi o mais baixo dos últimos quinze anos.

A razão é sempre a mesma, Bruxelas e os tratados, que mandam no orçamento!

Em consequência, o acesso aos cuidados de saúde; a qualidade do ensino dos nossos filhos; e os transportes públicos, de que dependemos para poder trabalhar, degradam-se sem parar, tornando **incomportável a vida das famílias trabalhadoras**.

Invocando falência iminente, este governo e os anteriores **encontraram meios orçamentais para “salvar” os accionistas** dos grandes bancos, BPN, BANIF, BES, e para “sanear” a CGD. Gastaram nisso mais do dobro da despesa anual com o Serviço Nacional de Saúde.

E, é claro, enquanto isto, os capitalistas continuam a fugir aos impostos para todo o género de paraísos fiscais.

De que serve ter um governo formado e apoiado por partidos eleitos pelos trabalhadores, se esse governo se põe ao serviço dos patrões e da sua UE?!

Os trabalhadores não podem aceitar a continuação deste estado de coisas. É altura de invocar a **situação de emergência** que aflige, desta feita, não os bancos, mas **trabalhadores**, funcionários, pensionistas e jovens deste país.

É altura de **repor na íntegra o poder de compra** de todos e **restaurar os serviços públicos** básicos.

■ **Aumento de ordenados** de todos os **funcionários públicos**, repondo o poder de compra perdido com a troika e a inflação.

■ **Revogação integral da legislação laboral da troika e aumento geral de salários para todos os trabalhadores do sector privado.**

■ **Satisfação integral das reivindicações dos enfermeiros e professores!**

■ **Atribuição ao SNS de um orçamento de pelo menos 6,5% do PIB**, conforme reivindicado, por exemplo, pela Ordem dos Médicos.

■ **Investimento no ensino e nos transportes** para contratar professores, reparar e construir escolas, contratar pessoal e reequipar os transportes públicos de modo a servir integralmente as necessidades da população trabalhadora.

Governos que fazem a política mandada por Bruxelas não podem satisfazer as legítimas reivindicações dos trabalhadores.
Ruptura com a UE para satisfazer as reivindicações!
Juntos, criemos a **força para ajudar os trabalhadores a vencer!**

Grupo “A Internacional”
Endereço: e-mail: a-internacional.gr@gmail.com

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://a-internacional.com>

“Recuperação sustentada da contratação colectiva”?

Cinismo sustentado

Miguel Cabrita, secretário de Estado do Emprego) declarou que existe uma **“recuperação sustentada”** da contratação colectiva, a saber, um aumento, desde 2016, do número de convenções publicadas, depois da diminuição, por causa da caducidade, sobretudo durante a Troika.

Assim, em 2018 publicaram-se 220 convenções (CCT, ACT, AE), contra um registo de 146 em 2016.

Note-se que, em 1996, foram publicadas 398 convenções. Em 2003, 342.

“*Recuperadas as condições quer de confiança e de perspectivas de crescimento, quer também de aposta política da negociação e das portarias de extensão, tem havido uma recuperação que é sustentada e que nós esperamos que possa continuar*”. Diz o governante.

A verdade: se os sindicatos não

se submetem aos desígnios patronais, o patronato deixa a convenção caducar.

Porque não revoga o governo as leis que permitem a caducidade das convenções de trabalho?

E os salários, propriamente ditos? **“metade das convenções (51%) que alteraram as tabelas salariais estipularam salários acima do salário mínimo”**. Metade!

316 mil trabalhadores terão passado a receber acima do salário mínimo. Evolução? A bitola passou a ser o salário mínimo...

Os baixos salários são para manter. Quando se luta para aumentá-los, os patrões jogam na caducidade, como jogaram para acabar com os “regimes mais favoráveis”.

O patronato conta com o governo.

Foi o actual (e então) ministro, Vieira da Silva que, em 2009, fez revogar o preceito de que qualquer norma acordada anteriormente entre as partes se mantinha até ser substituída por outra. Foi o “aprofundamento” do Código do Trabalho aprovado em 2003, com a passagem para a legislação portuguesa de 17 directivas da UE.

Mas o cinismo do governo não fica por aí: quantos trabalhadores são cobertos pela negociação colectiva? Não chegam a 30%! Dos cerca de 3 milhões e 385 mil trabalhadores do privado, somente 26,6%, cerca de 900 mil, estão cobertos pela contratação colectiva.

Basta de cinismo. Fim da caducidade da contratação colectiva!

Revogação da legislação de Passos/troika! ■

Luta de Classes

Portugal “lidera” o trabalho precário até um ano de duração

A Organização Internacional do Trabalho, da ONU, publicou um trabalho de análise sobre a situação laboral na Europa e no mundo, que inclui dados importantes para a compreensão da situação também em Portugal. Cruzando estes dados com os do INE, esclarece-se a imagem do que por cá se passa.

Em Portugal, o universo da precariedade abrange 900 mil trabalhadores. É uma situação pior do que quando cá chegou a troika, em 2011: nessa altura 817.600 trabalhadores tinham vínculo precário.

Note-se, ainda, que o trabalho precário representava em 2018 28% do trabalho total, valor 2,8% superior ao de 2017.

O trabalho de curta duração (até 6 meses) representa quase metade do total deste universo de trabalho precário. E 90% dos precários têm trabalho até um ano de duração. Ou seja, contratos com mais de um ano representam apenas 10% do total.

O emprego criado com a propalada recuperação económica é geralmente extremamente precário: três ou seis meses.



Por exemplo, 131 mil trabalhadores têm um contrato até 3 meses no sector de serviços de restauração/hotelaria e alojamento, dos sectores mais responsáveis pela recuperação da economia e onde incidiu o aumento do emprego.

Quase metade dos desempregados não recebe subsídio

Quanto ao desemprego, continua elevado: havia **350.772 desempregados** inscritos no IEF, dos quais **47% sem receber subsídio**.

Estes dados são reveladores de uma situação caótica. Verifica-se um arrastamento persistente ao longo dos anos, tanto com governos de “esquerda” como de direita.

As Alterações ao Código do Trabalho

A alteração ao Código de Trabalho proposta pelo governo, para “combater” a precariedade é uma “mão cheia de nada”. A passagem do limite máximo de contratos a termo de três para dois anos, e o máximo de renovações possíveis (duas), só incide, no máximo, sobre 10% dos contratados. A esmagadora maioria tem contratos com duração máxima de seis meses ou de um ano, pelo que

esta diminuição não vem resolver o quer que seja para eles.

Já quanto à passagem do período experimental de três para seis meses, que o governo propõe, período que corresponde a metade dos contratos de trabalho precários no país, está-se a libertar o patronato de quaisquer responsabilidades para com estes trabalhadores e a pô-los à mercê do patronato, pois os patrões podem mandar o trabalhador embora no período experimental sem qualquer indemnização. É mais uma benesse que o governo faz ao patronato.

Além disto, passar de 15 para 35 dias a duração máxima dos ditos contratos de curta duração, ou seja aqueles que são feitos, ou podem ser feitos, verbalmente, sem necessidade de qualquer documento escrito, é mais uma forma de ajudar o patronato e entregar os trabalhadores necessitados de trabalho à total submissão aos desígnios patronais.

Estas medidas são a legitimação da precariedade.

O governo de Costa governa para o patronato, não para os trabalhadores. Estes exemplos falam por si!



Mas como responder?

A CGTP convoca os seus activistas para quando estas medidas foram votadas (circular 04072019).

Mas do que os trabalhadores precisam é de uma mobilização geral para impor o fim da caducidade dos contratos de trabalho, a revogação da legislação antilaboral de Passos/Troika, o respeito pelos enfermeiros, professores e demais funcionários (ver nosso apelo, p. 2).

Os trabalhadores precisam de um aumento geral de salários!

Será com jornadas de protesto e ou repúdio dirigidas aos activistas da CGTP que invertemos as medidas deste governo ao serviço do patronato e dos seus chefes em Bruxelas/U.E.? Ou será através da mobilização geral dos trabalhadores em unidade com as suas organizações? ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>

A Luta dos Enfermeiros Põe Tudo (e Todos) a Nu

O governo decide passar à repressão dos trabalhadores que “não entendem”: que os seus salários e direitos dependem do que o governo põe no orçamento; que o que o governo põe no orçamento não depende da vontade de

Entrevista com Fernando Parreiro, Presidente do SIPE



Que a política deste governo representa a continuação adaptada da política da troika vem-no *O Trabalho* afirmando. É agora, também, uma verdade reconhecida pela própria União Europeia — que agradece; assim como pela “oposição” de direita e por quase todos os comentaristas encartados da nossa imprensa.

Talvez ninguém esperasse, no entanto, que essa verdade se manifestasse tão depressa e tão brutalmente como na acção do governo contra a greve dita “cirúrgica” dos enfermeiros, no mês de fevereiro, quando decretou a requisição civil.

É um dos mais sérios atentados ao direito à greve das últimas décadas. E a demonstração gritante de que a luta de classes não deixa espaço

para “uma no cravo, outra na ferradura”. É, no fundo, no que dá compor com a União Europeia, instrumento fundamental do capitalismo imperialista: mais tarde ou mais cedo, ataca-se os trabalhadores com a máxima brutalidade.

Esta triste predição realizou-se no caso da greve dos enfermeiros como já antes se espelhara nas máscaras da polícia de choque mandada furar a greve dos estivadores de Setúbal para defender a Volkswagen e as suas sacrossantas exportações.

Apresentamos abaixo uma entrevista do nosso camarada J. J. Santana Henriques a Fernando Parreiro, Presidente do SIPE (Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem).

O Trabalho: O SIPE, não apelou à greve cirúrgica, mas apoiou-a. O governo decretou a requisição civil para acabar com esta greve, dizendo que ela



estava a pôr em causa o interesse público dos utentes do SNS e invocando o não cumprimento dos serviços mínimos. Qual é a posição do SIPE?

F.P.: O SIPE apoia todas as formas de luta (greve cirúrgica ou outras greves a decretar no futuro) que levem à concretização dos nossos projetos (Acordo Coletivo de Trabalho).

Apoia incondicionalmente todos os seus associados que aderiram à greve cirúrgica, mas não tem qualquer responsabilidade relativamente ao cumprimento ou incumprimento dos serviços mínimos.

A requisição civil imposta

aos enfermeiros pelo Governo funciona como um “estímulo” pois traduz a importância dos enfermeiros no SNS.

O governo decretou uma requisição civil para quatro hospitais, não apresentando provas do suposto incumprimento dos serviços mínimos definidos pelo Tribunal Arbitral.

O Trabalho: Quais são as reivindicações fundamentais dos enfermeiros?

F.P.: A principal reivindicação do SIPE é um Acordo Coletivo de Trabalho único para a carreira especial de enfermagem que abranja os enfermeiros (CIT e CTFP), cuja proposta foi entregue ao Ministério da Saúde em 16 de agosto de 2017, que contempla, entre outras matérias:

- Introdução da categoria de Enfermeiro Especialista;
- Definição da hierarquia da Enfermagem, constituída pelo Enfermeiro diretor de serviço;
- Revisão das tabelas remuneratórias;
- Avaliação do desempenho;
- Descongelamentos/progressões para todos os enfermeiros incluindo os CIT.

O Trabalho: A falta de pessoal de enfermagem obriga os enfermeiros existentes a fazer horas extra para não desamparar os utentes. A nós parece-nos que o que está a “afectar brutalmente” os utentes — e os enfermeiros — são anos de desinvestimento no serviço nacional de saúde, que só não cai por terra pelos sacrifícios do seu pessoal. E agora o governo vem acusar dos males os enfermeiros, cujas queixas e reivindicações até acha “justas”. Como vê esta situação?

F.P.: Também este governo supostamente de esquerda decidiu desprezar os enfermeiros que têm uma formação académica de nível máximo e responsabilidade de complexidade 3, máxima na administração pública.



quem elegeu o governo — depende do que a União Europeia o deixa pôr no orçamento; e que a União Europeia não faz tenções de deixar subir o “custo do trabalho” — nem em Portugal, nem em lado nenhum.

A degradação violenta e escandalosa do enquadramento salarial dos enfermeiros tem vindo sucessivamente a ser adiado e mexe com os alcerces da profissão.

O desleixo que o governo manifesta relativamente aos enfermeiros vai ter como resultado a curto prazo a falência total do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Atenção que estamos a falar de consequências a curto prazo e não a médio ou longo prazo. O governo diz que quer um SNS forte, mas o que os portugueses têm é um SNS cada vez mais fraco.

O Trabalho: *Que formas de luta encaram para que o sector obtenha as reivindicações? O Sindepor apelou à unidade de acção entre todos os sindicatos para uma greve geral e uma grande manifestação.*

A vergonhosa posição dos amparos do governo (II)

“Eu [C. Martins, BE] pedia razoabilidade a todas as partes, concentrar no que é essencial para que os problemas sejam resolvidos porque já estamos há tempo demais com esta tensão, com esta pressão, com este extremar de posições que não tem levado a lado nenhum.”

F.P.: O SIPE, porque é um sindicato responsável, está disponível para participar em reuniões de conjunto se for criada uma mesa negociadora única e for negociada uma proposta única; o SIPE não está disponível para uma geringonça de sindicatos, onde as teorias de união são uma falsidade e de nada serve os verdadeiros interesses da enfermagem.

No dia 8/02/2019, enviou um ofício à ministra da saúde a solicitar a retoma imediata das negociações do ACT suspensas unilateralmente por parte do ministério da saúde. **Se não**

obtivermos resposta, iremos decretar greve de zelo no próximo mês de março por tempo indeterminado.

O Trabalho: *Qual é o estado de espírito dos enfermeiros quanto ao prosseguimento da luta?*

F.P.: Os enfermeiros exercem uma profissão nobre. Os enfermeiros exercem uma função de interesse público. A vida dos enfermeiros é uma vida de com-



bate. Aos enfermeiros cabe a dignidade de uma função na Saúde, mas convém ao interesse público a liberdade e a independência do seu exercício. Os enfermeiros porque são livres podem exercer com honra a sua profissão. O governo têm que cessar os ataques à honra dos enfermeiros!

SOLIDARIEDADE COM A LUTA DOS ENFERMEIROS!

É oportuno lembrar que os enfermeiros detêm o poder exclusivo de paralisar totalmente qualquer área do SNS, caso os nossos avisos continuem esquecidos de forma real ou fictícia.

O Trabalho: *O governo de António Costa diz que já não há nada a negociar por não haver dinheiro no Orçamento de Estado para os enfermeiros e outras class-*

es profissionais porque Bruxelas não deixa, por causa do défice. Mas pelos vistos Bruxelas deixa e o governo tem milhões sem fim para tapar os buracos

A vergonhosa posição dos amparos do governo (I)

“O PCP manifestou e manifesta a sua preocupação com a acção em curso que invocando o direito à greve incide sobre as cirurgias em alguns hospitais de forma bastante prolongada e que afecta brutalmente os utentes. (...) A requisição civil (...) não resolve os problemas.”

financeiros dos banqueiros e para salvar bancos privados. Que caminho tomar?

F.P.: À semelhança de outras profissões, de carácter científico equivalente, não é aceitável, é sim reprovável a decisão e determinação do governo em insultar os enfermeiros.

O problema é que nunca há dinheiro para os enfermeiros e tanto quanto nós sabemos a verdade é que o ministro das Finanças conseguiu agora o défice mais baixo em democracia: 0,2% do PIB. Os cidadãos têm que saber que tudo isto só foi possível porque no SNS houve um desinvestimento maciço, como nunca foi visto em democracia.

O caminho a tomar está definido no artigo 64.º da Constituição, mas é sempre oportuno lembrar: To-

dos os cidadãos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover e o direito à protecção da saúde é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral que tem que ter uma gestão descentralizada e participada. ■

Eleições para o Parlamento Europeu

Parlamento, Só de Fachada

Em finais de maio decorrerão as eleições para o Parlamento Europeu.

Os vários partidos de todo o espectro político preparam-se para nelas participar. O Bloco de Esquerda e o PCP, que ainda há pouco denunciavam a UE e os seus tratados, emitem agora ruídos semelhantes aos do grande teórico da defesa e reforma da União Europeia pela “esquerda”, Rui Tavares: é preciso reformar a União Europeia “por dentro”.

Para os trabalhadores, que, em Portugal como no resto dos países membros da UE, pouco e cada vez menos interesse têm demonstrado por tais eleições e tal instituição, convém recordar o que ela é e para que serve.

Parlamento só no nome

Parlamento é o termo comumente usado para designar uma representação democraticamente eleita de uma população, uma assembleia de deputados que inicia, debate e aprova as leis e elege e controla o governo que as faz executar.

A instituição que ostenta o nome “Parlamento Europeu” não corresponde em nenhum ponto a tal definição.

Não tem poder legislativo nem pode eleger ou controlar os órgãos executivos, que, no esquema da União Europeia, são a Comissão Europeia (não eleita por ninguém), o Conselho Europeu (que junta os chefes dos executivos dos vários países), o Banco Central Europeu e várias agências.

Os corifeus da “construção europeia” querem, no entanto, fazer crer que, em longa luta com a Comissão de Bruxelas, o “Parlamento” tem ganhado e continuará a “conquistar” aos poucos as prerrogativas de um parlamento clássico.

Por exemplo, o tratado de Lisboa, de 2008 (nada menos que cinquenta anos depois do tratado fundador, de Roma!), conferiu-lhe-ia, assim, um *princípio* de “poder legislativo” e um *esboço* de possibilidade de controlo da Comissão de Bruxelas. Na mesma ordem de ideias, a eleição por sufrágio universal dos deputados ao Parlamento Europeu, desde 1979, em prestar-lhe-ia uma aura democrática.

A realidade é outra.

Os pseudo-poderes do pseudo-Parlamento Europeu

A teoria de que o Parlamento Europeu terá um *princípio* de poder legislativo, propalada pelos seus defensores... não passa de uma teoria.

Artigo 225º do tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: “O Parlamento Europeu pode (...) solicitar à Comissão que submeta à sua apreciação todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigure requererem a elaboração de atos da União para efeitos de aplicação dos Tratados. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informa o Parlamento Europeu dos motivos para tal.”

Em português claro, o Parlamento não pode iniciar ou fazer projectos de lei; pode pedir à Comissão que o faça. E a Comissão faz ou não, conforme bem entender.

Quanto ao poder de controlo, é a mesma prestidigitação. O artigo 17º dá ao “Parlamento” o poder de recusar um candidato a Presidente da Comissão... proposto pelo Conselho (os chefes dos executivos nacionais). Se o recusar, o Conselho propõe outro e por aí fora. O artigo 234º permite ao “Parlamento” aprovar (por maioria de dois terços) uma moção de censura. Nesse caso, o Conselho propõe outro presidente da Comissão e outra Comissão...

Conforme respondia, em 2014, um jornal francês ligado ao capital financeiro (*La Tribune*) à sua própria pergunta se o Parlamento Europeu tinha passado a ter mais influência: “A doutrina que passou a dominar na Europa — e gravada no mármore do pacto orçamental — vai no sentido de limitar a margem de manobra dos parlamentos em matéria orçamental. O Parlamento Europeu nunca se opôs a essa lógica e aplicou-a a si próprio.”

Um Parlamento de fachada

Mas o Parlamento Europeu não deixa de ser peça fundamental na arquitectura das instituições europeias. É um parlamento de fachada. Tem a função de dar uma aparência de democracia parlamentar ao que é a

obra de dismantelamento sistemático da democracia e soberania parlamentar que a tutela supranacional da União Europeia tem levado a cabo nos países membros. Serve para dar uma caução democrática aos planos de austeridade que se abatem sobre os países da UE, seja qual for a vontade expressa do seu eleitorado.

Quanto mais a política da União Europeia estrangula os povos, quanto mais os mecanismos dos tratados europeus impõem uma austeridade orçamental automática (pacto de estabilidade, Mecanismo Europeu de Estabilidade, TSCG...), mais do Parlamento Europeu se espera este papel de “engodo”, conferindo uma pretensa legitimidade democrática à ditadura dos tratados europeus.

O Parlamento tem, no mais, reivindicado uma associação mais estreita à política de austeridade da União Europeia. Assim, a seguir à crise grega de 2015, o presidente “socialista” do parlamento, Martin Schulz, declarou: “O Parlamento Europeu está pronto para desempenhar o seu papel no processo [de reformas da União Económica e Monetária] com vista a reforçar (...) a adesão em matéria de governação económica (...). Deseja igualmente desempenhar um papel em matéria de controlo dos programas de ajustamento macro-económico”.

“Reforçar a adesão” dos povos ao euro e “controlar” os destrutivos programas de ajustamento estrutural da troika, eis as missões de que a União Europeia encarrega o “Parlamento”.

Nenhum dos partidos institucionais, incluindo BE e PCP, denuncia a manipulação que o Parlamento Europeu representa nem as “eleições” de que sai; nenhuma força combate para arrasar integralmente o edifício institucional da União Europeia, incluindo a sua fachada parlamentar. Todos reivindicam, bem pelo contrário, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu — e o reforço, portanto, da operação de falsificação de que ele é o instrumento e de que eles se fazem cúmplices. ■

Pela nossa parte, seguindo o apelo de militantes e sindicalistas italianos, alemães e franceses, apelamos a uma manifestação internacionalista, no dia 11 de maio, em Estrasburgo, uma das sedes do Parlamento Europeu, para dizer alto e bom som: “Esta Europa não é a nossa Europa!”. Junta-te a nós!

Catalunha



Jordi Cuixart

“Sou um preso político, não um político preso”

No dia 11 de março recomeça em Madrid o processo dos responsáveis políticos catalães, metidos na prisão e ameaçados com pesadíssimas penas de prisão pelo “crime” de terem organizado, em 1 de outubro de 2017, o referendo em que o povo catalão afirmou a sua vontade de se libertar da monarquia espanhola (herdada do franquismo) e viver em República Catalã. A 16 de março, percorrerá Madrid uma marcha pela libertação dos presos políticos. Desde outubro de 2017 ao lado do povo catalão, *O Trabalho* confia aos seus leitores excertos da declaração feita no dia 26 de fevereiro, ante os juízes, por Jordi Cuixart, um dos acusados, antigo responsável da associação democrática *Omnium Cultural*.

“Sou um preso político, não um político preso (...). Eu próprio sou independentista e o meu sentimento é republicano (...). A *Omnium Cultural* conta hoje 140.000 aderentes. O objectivo da *Omnium Cultural* é mobilizar a sociedade catalã numa preocupação de coesão social e, se me disserem que, para defender o direito à autodeterminação, nós fizemos pressão, com certeza que fizemos. Afigura-se, pela pergunta que me faz, que se põe em causa nós estarmos a mobilizar as pessoas para se manifestarem. Pois, é isso mesmo, e vamos continuar a estar mobilizados (...)

Lutámos muito para defender os direitos fundamentais e, como dizia Marcelino Camacho [fundador – no tempo de

Franco – das Comissões Operárias]: “O direito à greve conquista-se fazendo greve, e o direito de manifestação, manifestando.” Nós, por cá, dizemos que o direito de voto na Catalunha se conquista votando.

O que me estão a pedir é que eu renuncie a exercer direitos fundamentais. Vou-vos ter que dizer que não, não renunciarei a exercer os meus direitos fundamentais (...).

O Estado de direito não está acima da democracia, o franquismo também era um Estado de direito. A democracia, os valores da democracia, é que estão acima do Estado de direito. Havia leis que autorizavam que existisse segregação racial. Mas Rosa Parks disse que se ia sentar na parte da frente do autocarro. Sem isso, de

certeza que ainda hoje havia, nos Estados Unidos, em nome da lei, segregação racial, e as mulheres não podiam votar (...)

No 1 de outubro, eles chegam, põem-se a bater em cidadãos sem defesa que estão a exercer os seus direitos fundamentais e, a seguir, o rei de Espanha aparece na televisão para nos dizer: “Mas o que andaram vocês a fazer, catalães (...)?” Eles querem que nós, os diferentes povos de Espanha, entremos em confronto (...).

Sou preso político e, ao fim de 500 dias de prisão, a minha prioridade não é sair da prisão. A minha prioridade é poder denunciar o atentado e a violação dos direitos fundamentais e das liberdades na Catalunha e no Estado espanhol como um todo.” ■

Venezuela — declaração de activistas norte-americanos

Não à Intervenção “Humanitária” de Trump! EUA, Não Toquem na Venezuela! Respeito pela Soberania e Direito à Autodeterminação do Povo Venezuelano

Com a cumplicidade de governos e dirigentes políticos de todas as cores, a administração Trump está intensificando a sua intervenção na Venezuela, passando por cima da soberania e da autodeterminação desta nação a coberto da chamada “ajuda humanitária”.

Quem há-de aceitar tal hipocrisia!

O governo dos Estados Unidos – nas presidências de George W. Bush, de Barack Obama e, agora, de Donald Trump – organizou uma intentona falhada contra Hugo Chávez (em 2002), impôs sanções que tiram à Venezuela o acesso a divisas para comprar alimentos e medicação básica, impediu que chegassem medicamentos à Venezuela, exigiu o pagamento estrito da dívida externa (sob a ameaça de sanções ainda mais severas) e financiou a desestabilização económica e a sabotagem da economia por parte do sector privado... tudo com o objectivo de reduzir à fome e submeter uma orgulhosa nação, impondo-lhe uma “mudança de regime”.

Num relatório datado de 3 de Março de 2018 ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o relator das Nações Unidas, Alfred de Zayas, expôs esta hipocrisia. “Países que continuam a fazer guerra económica à Venezuela não têm o direito de bradar à “crise humanitária”, pois eles próprios são parte do problema. (...) As sanções dos Estados Unidos e da União Europeia causaram um número incalculável de mortes, principalmente de crianças e idosos, e devem ser condenadas como crime contra a humanidade”.

Trump acaba de agravar as sanções e confiscar os activos da Citgo e da PDVSA, numa mal disfarçada jogada para se apoderar dos massivos recursos petrolíferos da Venezuela por conta dos interesses das multinacionais americanas.

O comboio de “ajuda humanitária” na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia não passa de uma artimanha do governo americano, com testas de ferro como o Brasil e a Colômbia, para preparar o derrube de um presidente democrati-

camente eleito e inverter um processo político visto por Washington como “um modelo económico alternativo, inaceitável para as Américas”, para citar o antigo presidente Richard Nixon ao justificar o apoio dos Estados Unidos ao golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile.

Nós, abaixo-assinados, sindicalistas e activistas nos Estados Unidos, opomos-nos à tentativa golpista de derrube do governo de Nicolás Maduro. Denunciamos esta farsa da “ajuda humanitária”, que não passa de uma artimanha para preparar uma intervenção militar directa na Venezuela. Os Estados Unidos, a União Europeia e todos os governos que se vergaram às pressões dos Estados Unidos não têm o direito de falar em “crise humanitária” nem de se armarem em fornecedores de “ajuda humanitária”, quando são eles quem tem causado a escassez de alimentos e medicamentos através da sua persistente guerra económica contra a Venezuela. ■

Argélia, levantamento de massas contra o “poder”

O “poder”, a rede de potentados e militares que controlam a Argélia, anunciou a candidatura do presidente Bouteflika a um “quinto mandato”. Bouteflika está desaparecido da vista do público há anos, depois de um AVC. O anúncio provocou um levantamento generalizado da população trabalhadora da Argélia, que dura desde 22 de fevereiro. As massas exigem o fim do regime. A 11 de março, o “sistema” anunciou a retirada da recandidatura.

Declaração do Comité de Organização Dos Socialistas Internacionalistas – COSI

O adiamento das eleições presidenciais e a desistência do quinto mandato abrem uma nova fase na crise social, política e institucional aberta com as manifestações desde 22 de fevereiro.

O que precipitou este anúncio de 11 de março foram os acontecimentos das setenta e duas horas que o precederam: as manifestações de milhões de argelinas e argelinos nas ruas de todas as cidades do país no dia 8 de março, cada vez mais misturando reivindicações sociais e democráticas de mulheres, jovens e trabalhadores à reivindicação a todos comum: “Não ao quinto mandato, fora com o sistema!”, a irrupção da juventude nas ruas, quando fecharam universidades e liceus; a saída maciça de trabalhadores, que entraram em greve nas principais zonas industriais do país (Rouiba, Arzew, El Hadjar, Hassi R'Mel, Hassi Messaoud...); as marchas de jovens enquadrados por trabalhadores em greve; o número crescente de instâncias, federações, uniões locais e departamentais da UGTA [[União Geral dos Trabalhadores Argelinos, a confederação sindical] que anunciaram romper relações com o secretário-geral, principal sustém do regime; a constituição de embriões de comités populares de abastecimento, interligando representantes dos moradores de bairros e comunas, trabalhadores das empresas e jovens. Uma nova situação começou a ganhar forma.

Ao irromper como classe na primeira linha do palco político, a classe operária declara a sua candidatura à resolução da crise que percorre o país, juntando o povo, todas as camadas e sectores da população (...) em redor dos trabalhadores organizados com os seus sindicatos e delegados.

O poder compreendeu que a sua obstinação em querer passar à força empurrava o país para uma situação de crise revolucionária aberta. Teve medo (...).

A intensificação da mobilização da classe operária, o poderio da mobilização de todo o povo e da juventude obrigaram a mudar a forma.

Será, todavia, uma mudança de fundo? Terá o poder desistido do seu objectivo, e, portanto, de se manter?

Para o saber, basta ler a declaração oficial, lida na televisão pelo presidente cessante. O que foi anunciado na noite do dia 11 de março?

Que não haveria quinto mandato... haveria um prolongamento do quarto mandato, sem limite exacto no tempo; o presidente fica onde está pelo menos mais um ano, ano e meio; uma conferência nacional, com composição a decidir pelo poder actual, fará propostas constitucionais. Que propostas? Não se sabe. Convergindo tudo isto numa proposta de nova Constituição, referendada talvez em 2020, da qual decorreria a convocação de novas eleições, talvez daqui a finais de 2020, ou mesmo 2021.



Este plano seria um quinto mandato encapotado (...).

Farão tais anúncios jus à mobilização que tem levantado o povo inteiro nos últimos vinte dias? (...)

Que temos gritado aos milhões? Dissemos “Não ao quinto mandato”. A esta palavra de ordem rapidamente outra se juntou: “Fora com o regime! Fora com o sistema!”. É o sistema político como um todo, são o regime e todas as suas instituições que a mobilização

da imensa maioria senta no banco dos réus.

O que o povo quer não é que as personagens que encabeçam as instituições cedam o lugar a outras personagens. (...)

Quem deve pegar no futuro do país há-de ser uma Assembleia Constituinte soberana não tolhida por nenhum limite ou restrição, a não ser pelo respeito do mandato confiado pelos seus mandatários: uma Assembleia Constituinte, não daqui a dois anos, não saída de não se sabe bem que conferência nacional de obscura composição arranjada pelas cúpulas, mas uma Assembleia Constituinte soberana, já, imediatamente. (...)

O Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI) está ciente de que, com esta proposta, está em causa tanto a reivindicação democrática como a reivindicação nacional. Está em causa resguardar a soberania do povo e do país, resguardá-la, principalmente, dos apetites das grandes multinacionais americanas, francesas e outras, que pretendem deitar a mão às riquezas do país; está em causa restituir à nação o que à nação pertence, permitir que as riquezas vão para quem as produz, não para quem delas lucra, de acabar com as privatizações; permitir a renacionalização do que já foi grandemente cedido ao privado, que as riquezas disponíveis, assim como aquelas que possam surgir dos recursos naturais do país, sejam postas à disposição das urgências sociais, da habitação, da educação e do emprego; está em causa preservar a paz e resistir às pressões externas daqueles que nunca desistiram de arrastar a Argélia para o caos e a desagregação provocados pelas guerras de intervenção imperialistas e neocoloniais: uma Assembleia Constituinte soberana terá força e legitimidade para emitir leis que garantam tudo isto. (...)

É óbvio que ninguém pode decidir antecipadamente o que uma Assembleia Constituinte há-de fazer. A Assembleia Constituinte pode, contudo, decidir ser soberana e fazer soberanamente pelo povo tudo o que for bom para o povo.

Para isso, há uma via: aquela tomada há já vinte dias, a da organização da mobilização pelos próprios trabalhadores e jovens, com sindicatos subtraídos à tutela do Estado, com os seus sindicatos independentes, os seus sindicatos autónomos, as suas secções UGTA com soberania restaurada, com os seus comités, etc. (...). ■